

# Políticas públicas e mediação social: Os novos desafios para a intervenção no Vale do Jequitinhonha\*

## Juliana Pereira Ramalho

Historiadora. Mestre em Extensão Rural (UFV). Atualmente é professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Possui experiência nas áreas de: cultura; processos sociais e políticas culturais no meio rural  
*estevesramalho@yahoo.com.br*

## Sheila Maria Doula

Antropóloga. Mestre e Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Rural, atuando nos seguintes temas: cultura; processos sociais e identidades; políticas culturais no meio rural; extensão rural e grupos étnicos; geração e juventude no meio rural.  
*sheila@ufv.br*

## Douglas Mansur da Silva

Antropólogo. Mestre em antropologia Social (UNICAMP). Doutor em Antropologia Social (UFRJ). Atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa. Atua principalmente nos seguintes temas: cultura e poder; políticas da diferença; identidades; exílios; migrações internacionais; intelectuais.  
*douglas.mansur@ufv.br*

**Resumo:** Este trabalho analisa a atuação dos mediadores sociais, especialmente os extensionistas rurais, junto aos artesãos ceramistas e entalhadores do Vale do Jequitinhonha. A pesquisa foi feita através de trabalho de campo e de entrevistas com vinte e dois artesãos ceramistas e entalhadores do alto, médio e baixo Jequitinhonha. Ficou constatada a fraca credibilidade das instituições mediadoras e o distanciamento de políticas públicas em relação às demandas dos artesãos da região.

**Palavras-chave:** Artesanato; Extensão rural; Vale do Jequitinhonha; Políticas públicas; Mediadores sociais.

## Public policies and social mediation: the new challenges for the intervention in the Jequitinhonha Valley

**Abstract:** This article analyzes the performance of the social mediators, mainly rural extensionists, along craftspeople ceramists and carvers at the Jequitinhonha Valley. The research was made via fieldwork and interviews with twenty-two craftspeople ceramists and carvers from the High, Medium and Low Jequitinhonha. The result reached was the lack on the credibility of mediator institutions and the detachment of the public policies in regard the demands of the region's craftspeople.

**Keywords:** Handicrafts; Rural extension; Jequitinhonha Valley; Public policies; Social mediators.

## Políticas públicas y mediación social: Nuevos desafíos para la intervención en el Valle de Jequitinhonha

**Resumen:** Este trabajo analiza el papel de los mediadores sociales, especialmente los trabajadores de extensión rural, junto con los artesanos (alfareros y talladores) en el Valle de Jequitinhonha. La investigación fue realizada través del trabajo de campo y entrevistas con veintidós alfareros y talladores del Alto, Medio y Bajo Jequitinhonha. Se encontró la escasa credibilidad de las instituciones de mediación y de la distancia de las políticas públicas en relación con las demandas de los artesanos de la región.

**Palabras-clave:** Artesanías; Extensión rural; Valle del Jequitinhonha; Políticas públicas; Mediadores sociales.

## 1. Introdução

Este texto tem como objetivo discutir os limites, as possibilidades e os desafios da atuação de mediadores sociais a partir das políticas públicas de cultura e de extensão rural no Vale do Jequitinhonha. Diante do cenário nacional em que se discutem as diversas formas de desenvolvimento sustentável para as áreas rurais e para os diferenciados grupos que nelas habitam, este trabalho se insere em tal debate com o intuito de analisar a atuação dos mediadores sociais, especialmente os extensionistas rurais, junto aos artesãos ceramistas e entalhadores do Vale do Jequitinhonha, região nordeste de Minas Gerais.

Primeiramente será discutida a importância do artesanato para a vida cultural e econômica da região e a sua condição enquanto elemento constituinte da identidade regional do Jequitinhonha, considerando-se as recorrentes transformações do processo de globalização. Tal discussão perpassa pela necessidade de políticas públicas específicas para a cultura, especialmente para o meio rural, o que também é válido para o Vale do Jequitinhonha. Em seguida será feita uma análise dos problemas vivenciados pelos artesãos do Jequitinhonha e juntamente, serão propostas diretrizes para uma intervenção por parte dos órgãos de mediação cultural, que tenham como princípio norteador de atuação a participação e o diálogo entre os envolvidos.

A pesquisa foi realizada através da observação participante e de entrevistas com vinte e dois artesãos ceramistas e entalhadores de diferentes cidades do Vale do Jequitinhonha: Almenara, Caraiá, Datas, Itaobim, Itinga, Jequitinhonha, Minas Novas, Santo Antônio do Jacinto, Taiobeiras e Turmalina. Além deles, foram entrevistados mediadores sociais (funcionários da Ema-

ter - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - e secretários municipais de cultura) das cidades de Botumirim, Grão Mogol, Itaobim e Ponto dos Volantes.

É relevante destacar que a produção artesã do Vale do Jequitinhonha se destaca no cenário nacional e internacional pelo trabalho estético dedicado às peças, especialmente em cerâmica e, em sua maioria, figurativas, que retratam cenas do cotidiano e dos valores culturais e religiosos vivenciados pela população local. Regionalmente, a atividade apresenta-se como importante fonte de renda econômica para diversas famílias rurais, especialmente para as mulheres (RAMALHO, 2010) que, com seu trabalho podem ajudar no sustento da casa ou até mesmo substituir o papel do marido como provedor econômico da família, diminuindo assim o êxodo migratório, fenômeno historicamente marcante na região.

Além disto, a inserção do artesanato regional no mercado consumidor como um elemento da cultura passível de comercialização, vem se revelando capaz de mobilizar a reinvenção das identidades e das tradições das comunidades envolvidas, o que por sua vez, promove a revitalização da própria atividade artesanal. É necessário esclarecer que o conceito de tradição reinventada está baseado na definição de Eric Hobsbawm sobre tradição inventada, o qual a define como “um conjunto de práticas, reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1997, p. 9). Essa capacidade que as sociedades possuem em termos de flexibilidade na invenção ou adaptação de seus valores e tradições sem perder o elo com o passado permite que ocorra a perpetuação da memória ou dos valores culturais mesmo quando mudanças bruscas são introduzidas

na comunidade, como é o caso do Vale do Jequitinhonha, especialmente nas últimas décadas, com a atuação do Estado com vistas à modernização da região. Essas mudanças dizem respeito não apenas à dimensão econômica, mas também à vida social e cultural.

## 2. A Organização da Cultura e Políticas Públicas Culturais

Para Rubim (2007 e 2008), a cultura, no mundo contemporâneo encontra-se perpassada por fluxos de diferentes tipos. De um lado, existe o processo de globalização no qual os produtos culturais são elaborados conforme padrões simbólicos e estéticos desterritorializados, controlados por empresas que associam lazer, cultura e entretenimento. De outro, existem manifestações locais e regionais que, reagindo ao primeiro movimento, destacam-se no panorama mundial. O autor esclarece que até mesmo dentro do movimento de globalização existe espaço para os produtos “típicos” que, segundo Canclini (1997) e Paz (1991), promovem a revitalização das manifestações locais, como o artesanato.

Essa configuração multifacetada da cultura na contemporaneidade tem se constituído, na visão de muitos políticos e especialistas da área, como um universo de relações que necessita de políticas públicas específicas, ao mesmo tempo em que vem sendo apontada como propulsora de desenvolvimento econômico e social regional, notadamente para as áreas rurais. No entanto, como assinala Canclini (2003), estas políticas precisam estar articuladas a uma reflexão acerca dos movimentos e das transformações que as sociedades vêm passando face ao processo de globalização. Canclini (*idem*) assegura que este entendimento passa não apenas pelo conhecimento interno das sociedades, mas também pelo estudo da articulação que as sociedades ou culturas vivenciam no processo de

globalização, o que, conseqüentemente, traz modificações na forma de produção, distribuição e consumo dos bens simbólicos, como é o caso dos países da América Latina, lócus do estudo do autor. Um destes elementos de transformação apontado por Canclini diz respeito à migração da população latino-americana para os Estados Unidos e também para a Europa, configurando assim uma nova realidade de expansão da América Latina através de seus migrantes:

No último ano do século XX tantas pessoas deixaram o Uruguai como tantas outras nasceram no país. Nos Estados Unidos, na Europa, ou em outras nações latino-americanas moram 15% de equatorianos, aproximadamente uma décima parte dos argentinos, colombianos, cubanos, mexicanos e salvadorenhos. A América Latina não está completa na América Latina. Sua imagem lhe chega dos espelhos espalhados no arquipélago das migrações (CANCLINI, *idem*, p. 21).

A migração, nesse sentido, traz um novo panorama a ser problematizado também na área da cultura: junto com essa população imigrante também circulam produtos culturais, da mesma forma que, com eles, retornam o dinheiro e outros bens simbólicos. Assim, uma política cultural que vise o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma dada sociedade não deve desconsiderar as relações do local com o global. A postura de Canclini (2003) confronta com o discurso de que a globalização traria o fim das manifestações locais e tradicionais instalando em seu lugar a cultura dominante homogeneizante, especialmente aquela exportada pela indústria cultural norte-americana.

Entretanto, o controle das corporações estadunidenses sobre amplos setores da comunicação maciça não implica a obediência automática das audiências. Os estudos sobre consumo musical

revelam que em quase todos os países latinoamericanos não predomina a música em inglês, nem o que se chama “música internacional”, como unificação do anglo-americano e do europeu. Só na Venezuela a música internacional atinge 63% do público. No Peru prevalece a “chicha”; na Colômbia, o “vallenato”; em Porto Rico, a “salsa”. No Brasil, 65% do que se ouve provém do conjunto de músicas nacionais, enquanto na Argentina, Chile e México a combinação de repertórios domésticos com espanhol supera a metade das preferências (CANCLINI, *idem*, p. 32-33).

Estes dados mostram que o desenvolvimento do sistema cultural contemporâneo não se dá pela homogeneização, assim como também não é determinado apenas pelo local, mas sim pela interação destas instâncias. E o autor ainda acrescenta uma referência ao encontro/confronto do tradicional (local) com o global:

Do lado popular, é necessário preocupar-se menos com o que se extingue do que com o que se transforma. Nunca houve tantos artesãos, nem músicos populares, nem semelhante difusão do folclore, porque seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos signos de distinção, referências personalizadas que os bens industriais não oferecem (CANCLINI, 1997, p. 22).

Este mesmo panorama também pode ser observado quando direcionamos nossas lentes para esferas mais regionais da sociedade brasileira, como o Vale do Jequitinhonha. Ao contrário dos discursos sobre o isolamento cultural e da pobreza econômica atestados por alguns estudiosos acadêmicos, como afirma Ribeiro (2007), é possível averiguar que, no campo cultural existe não só uma articulação intensa dentro da própria região como também com outras cidades do país e até mesmo internacional-

mente. Esse contato com o mundo exterior e com o mercado consumidor, longe de provocar a extinção ou a massificação das manifestações locais, as revitaliza, como observamos no artesanato em madeira e em cerâmica do Vale do Jequitinhonha, o que talvez contribua para que muitos artesãos regionais adquiram reconhecimento e aceitação no mercado consumidor internacional. Foi com o intuito de entender tais transformações e persistências da tradição que se buscou, então, analisar os diversos momentos do processo artesanal.

A idéia de desenvolvimento do processo artesanal está baseada na tipologia desenvolvida por Rubim (2007 e 2008), que entende que o processo cultural se dá a partir da existência de movimentos diferenciados, embora coexistentes: *criação, invenção e inovação; divulgação, transmissão e difusão; troca, intercâmbio e cooperação; preservação e conservação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; consumo e organização.*

O momento *criativo*, de acordo com artistas, cientistas e intelectuais oriundos do meio acadêmico ou popular é considerado, muitas vezes, como o ponto central do processo cultural, devido à sua capacidade ou genialidade em reconstruir e renovar o sistema cultural. A *divulgação, transmissão e difusão* são momentos traduzidos especialmente por professores e comunicadores presentes em diversas instituições e ambientes sociais. O terceiro momento do processo cultural definido por Rubim (2008) identificado como *preservação e conservação* é desempenhado, na concepção do autor, especialmente pelos museus, que realizam o trabalho de cuidar do patrimônio material e imaterial dos agrupamentos humanos. No entanto, a vitalidade de uma cultura depende não apenas de si. Para que sua dinâmica se mantenha é necessário que a mesma interaja com outros tipos de cultura,



constituindo o quarto momento do processo cultural: *troca, intercâmbio e cooperação*.

O produto ou bem cultural que foi criado, difundido, preservado e intercambiado necessita, por sua vez, passar pelo crivo público de reflexão, crítica e discussão. É neste momento que idéias, práticas, costumes e valores são legitimados, questionados, desqualificados e aprimorados. Para complementar esse circuito cultural, existem os momentos ou movimentos de consumo e organização da cultura.

O *consumo* tem por especificidade a não profissionalização, ou seja, não é necessário ser um especialista em arte ou em artesanato para ser capaz de consumir um produto artístico ou artesanal, isso indica a amplitude e a universalidade do ato de recepção da cultura. Quando a cultura não está sob a égide mercantil que restringe a sua recepção, ou seja, da troca por dinheiro, todos os cidadãos são potenciais consumidores de cultura.

E por fim temos a *organização da cultura*. Este item está presente em todos os processos anteriores, pois cada momento implica em aspectos organizativos, seja em um aspecto macro, como o caso das políticas públicas, seja no micro, como em um evento cultural. É relevante esclarecer que todos estes movimentos estão relacionados uns com os outros e em muitos casos concentrados em um único agente ou instituição, como foi possível verificar a partir da pesquisa realizada em campo.

Ainda que o artista na condição de criador seja considerado como elemento importante no processo cultural, não se pode desconsiderar o papel que os demais mediadores e os próprios consumidores exercem na produção do artesanato, especialmente o artesanato do Vale do Jequitinhonha. As cooperações e mesmo disputas dentre os diversos momentos ou agentes da produção

cultural são essenciais para a revitalização e dinamismo da vida cultural, o que pode ocorrer a partir de trocas e intercâmbios numa constante “negociação”. Apesar desta constatação será priorizado neste artigo o momento da organização do processo artesanal no Vale do Jequitinhonha, momento de maior atuação do poder público na atividade artesanal através dos mediadores sociais.

### 3. Os Desafios da Mediação Social no Vale do Jequitinhonha

A discussão sobre a organização e mercantilização da cultura se faz importante no contexto de mudanças nas políticas públicas para o meio rural, no Brasil, que têm voltado suas propostas de atuação também para as outras áreas não agrícolas. O documento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) deixa claro esse interesse em ultrapassar os aspectos agrícolas como campo de atuação, ao declarar ser seu objetivo de “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas” (Pnater, 2004, p. 9). Nesse sentido, o artesanato do Jequitinhonha, por ser uma das atividades culturais que nos últimos anos tem apresentado contribuição econômica significativa para as comunidades artesãs, merece nossa atenção sociológica e antropológica no sentido de atuação e intervenção social, principalmente por parte dos órgãos de extensão rural.

Notadamente, nos últimos dez anos as políticas públicas de cultura têm destinado maior volume de recursos para aquelas populações com as quais tradicionalmente o extensionista rural tem exercido suas atividades: trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária e outros. Diante deste cenário, é necessário que os idealizadores de políticas públicas, como

também os responsáveis pela sua estruturação junto aos segmentos sociais, entendam o funcionamento destas outras áreas, não apenas visando a alta competitividade e o empreendedorismo, mas que considerem também - como no caso aqui proposto para estudo - as relações sociais, econômicas, ambientais e simbólicas que estão imbricadas no cotidiano onde se dará a intervenção. Nesta perspectiva, justifica-se a importância deste estudo para o trabalho dos mediadores sociais no contexto atual de mudança de paradigmas das políticas públicas para o meio rural.

Vale assinalar que essa discussão sobre mediação social ocorre em um contexto amplo de fomento à economia da cultura com a aprovação da Política Nacional de Cultura (PNC), que tem o intuito de propor orientações para atuação do Estado no setor cultural, utilizando a diversidade cultural brasileira como “fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda” (PNC, 2007, p. 13). Esta discussão se torna ainda mais relevante quando se discute os potenciais campos de atuação do extensionista rural no setor cultural. No caso do Vale do Jequitinhonha, a extensão rural está voltada, sobretudo, para o setor agrícola. No entanto, o setor cultural nos últimos anos, tem-se destacado tanto como mecanismo de manifestação cultural e manutenção da memória local quanto tem conquistado espaço no mercado consumidor, o que também poderá ser explorado pelos profissionais da extensão rural.

Contudo, como é possível notar nas entrevistas com os artesãos e com os mediadores sociais (como os funcionários da Emater que atuam na região e também com secretários de cultura de prefeituras locais), as atividades culturais no meio rural ainda não fazem parte da agenda de atividades com vistas ao desenvolvimento rural.

Vários mediadores sociais foram identificados junto aos artesãos do Vale do Jequitinhonha, dentre os quais destacamos:

prefeituras locais, EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -, Centro CAPE – Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor -, associações de artesãos locais e Instituto Yara Tupinambá. Todas estas instituições de alguma forma interferem no processo de desenvolvimento artesanal. No entanto, as instituições mais próximas como a prefeitura, Emater e o Sebrae são aquelas que ganham maior visibilidade, sendo avaliadas como as mais atuantes. Dentre as instituições envolvidas, o Sebrae se destaca pelo oferecimento de cursos, enquanto a Emater se configura como mediadora entre os artesãos e as outras instituições externas.

Nos municípios em que a Emater possui uma atuação mais efetiva junto aos artesãos, suas atividades geralmente estão voltadas para a organização de associações locais e a busca de parceiros, como o próprio Sebrae. Além disso, os artesãos fazem uso frequente da infraestrutura que a Emater possui, como computadores, fax, telefone, etc. No entanto, o mais freqüente é a atuação desta instituição de forma indireta, ou seja, os artesãos são atendidos enquanto agricultores familiares e não como artesãos, é o que nos informa um extensionista<sup>1</sup> da Emater que atua no Vale do Jequitinhonha:

Então, no caso aqui a gente tem um trabalho próximo dos artesãos porque a maioria dos artesãos aqui são agricultores familiares. Então tem a sua roça e também trabalha com artesanato. Então, a gente tem apoio do PRONAF<sup>2</sup>. [...] Se eu for ser franco com você a gente não tem um trabalho expressivo com o artesanato assim. Estar lá mais próximo, mas a gente sabe que tem outros trabalhos que foram feitos que realmente mudou a vida desse pessoal. [...] Agora é igual eu to te falando. Como é uma área que a gente não tem domínio, não conhece,

por exemplo, se fala assim, pro agricultor, o que poderia ser oferecido pro agricultor? Compra direta, por exemplo, comprar alimento. Agora o artesão produz boneca. Boneca não ... então ce acaba ficando limitado assim na informação. Nunca vi ninguém comendo boneca né. Come alimento. Então, as vezes cê, como não é o seu forte, você acaba não tendo muito acesso ao que existe pra esse público, ta certo? (Depoimento de um extensionista da unidade da Emater no Vale do Jequitinhonha. Pesquisa de campo, agosto de 2009).

A não atuação da Emater na atividade artesanal é vista pelo informante como conseqüência da ausência de um profissional na área de assistência social que seria, por sua vez, o especialista responsável pelo trabalho com este tipo de manifestação. A não existência destes profissionais em todos os municípios não é apenas um problema da Emater, mas decorre do interesse ou não das próprias prefeituras locais em incluir no convênio com a instituição este tipo de profissional. Isto significa que o perfil do extensionista da Emater em uma localidade depende também dos interesses políticos e dos arranjos locais organizados, o que, por sua vez, implica em dizer que estes artesãos, enquanto sociedade civil, não estão organizados para reivindicarem junto às instituições locais o acesso às políticas públicas nas instâncias microssociais de suas comunidades. Calabre (2009), ao utilizar o termo “institucionalização da área da cultura”, nos aponta para essa falta de acesso às políticas culturais justamente por não haver um corpo civil organizado que faça chegar até os órgãos competentes suas demandas. Esta falta de organização é algo que os próprios artesãos têm consciência. Zé do Balaio, artesão entalhador da cidade de Almenara, ao analisar a ausência da prefeitura junto aos artesãos complementa:

A prefeitura na medida da possibilidade deles ajuda a gente a divulgar, ajuda a gente a viajar. A Emater é uma das incentivadoras. Quando é um evento que eles estão dentro organizando, eles dão oportunidade à gente. O Sebrae também dá a oportunidade à gente. Então os órgãos que eu tenho disponível lá na minha cidade sempre tem dado a força quando cabe dentro do movimento deles, né? [...] O Sebrae também já ajudou muita gente na maneira de ir a feiras e também na capacitação. Mas eles poderiam tá ajudando mais não à mim, mas à toda a cultura local de Almenara. Que lá a gente tem uma cultura bem diversa e eles poderiam tá mais ajudando, dando mais incentivo. Isso é certo que eles poderiam mais. As vezes não ajuda mais porque a gente não cobra, não organiza melhor pra poder chegar nos prefeitos que exerce seus cargos lá em Almenara (Depoimento de Zé do Balaio, entalhador da cidade de Almenara. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão” durante o 27º FESTIVALE, Grão-Mogol, julho de 2009).

Outro problema é a fragmentação das ações destas instituições. O Sebrae é um exemplo, pois geralmente tem sua atuação junto aos artesãos por um período de dois, três ou cinco anos. Neste período os artesãos têm suas peças divulgadas nos panfletos e catálogos confeccionados por aquela instituição, ao mesmo tempo em que a participação em feiras externas ao Jequitinhonha se torna mais acessível através da sua mediação.

No entanto, quando o Sebrae finaliza seu projeto junto a um grupo de artesãos, observa-se que há uma tendência na queda do ritmo de divulgação da produção artesanal. Isto acontece porque o Sebrae deixa de financiar a estrutura e a participação dos artesãos nos eventos de grande público consumidor, uma vez que o foco será um outro grupo de atendimento.

Esses artesãos, sem o apoio do Sebrae, não conseguem manter uma estrutura de divulgação nos grandes centros urbanos. As asso-

ciações que poderiam dar continuidade à política do Sebrae são descritas como “fracas”, pois muitas destas associações se encontram endividadas, como nos informou Terezinha, artesã ceramista de Minas Novas. As associações endividadas encontram dificuldades em quitar a dívida porque muitos artesãos não concordam em contribuir financeiramente para legalizar a instituição, ficando apenas um indivíduo ou um grupo de indivíduos envolvidos no processo de revitalização das associações. É neste momento de fragilidade dessas organizações que muitos afiliados se afastam, enfraquecendo ainda mais o sentido do associativismo nas comunidades envolvidas.

Outro problema que pode ser identificado é a falta de acesso dos grupos artesãos às políticas federais como as do Ministério da Cultura. Os artesãos entrevistados não identificaram ou não mencionaram durante a pesquisa o acesso às políticas disponibilizadas pelo Minc, exceto em duas cidades, Itaobim e Taiobeiras. Em Itaobim, o acesso ocorreu via Emater e em Taiobeiras através da prefeitura, onde os artesãos em parceria com a secretaria municipal de cultura conseguiram escrever projetos para concorrerem aos editais disponibilizados pelo Ministério da Cultura. Na cidade de Itaobim o projeto visava à construção de uma loja de artesanato à beira da BR 116 e em Taiobeiras o intuito foi financiar oficinas em que os artesãos pudessem atuar como instrutores para crianças do município. Iniciativas deste tipo não foram apontadas pelos artesãos das demais localidades. Talvez até tenha existido a ação de projetos estaduais ou federais na região, mas o caráter pontual destas iniciativas fez com que não deixasse marcas na memória dos artesãos beneficiados.

Não se observa, por exemplo, uma política de integração entre as instâncias locais, prefeituras e associações com as esferas do poder público estadual e federal, no setor do artesanato, ainda que muitos destes municípios que compõem os chamados

“territórios rurais” ou “territórios de cidadania”. Cidades do alto Jequitinhonha, como Turmalina e Minas Novas fazem parte do território rural do Alto Jequitinhonha. No entanto, os artesãos entrevistados não apontaram ações na área do artesanato local que sejam realizadas no âmbito da política do território. Esta questão talvez até mereça um estudo específico, uma vez que esta não é apenas uma característica do Vale do Jequitinhonha, mas um problema que afeta diversas comunidades brasileiras. Como nos aponta Durand (2001), em seu estudo sobre políticas culturais, é possível detectar a ausência de intercâmbio entre as secretarias municipais, estaduais e federais no sentido de desenvolverem uma política de cultura integrada e contínua.

A falta de continuidade das políticas culturais também é um problema que as próprias instituições de mediação local conseguem identificar. O extensionista da Emater, informante já citado, dando continuidade à avaliação da atuação do poder público na área de artesanato, conclui:

Eu até vejo que existe muita coisa boa aí dos ministérios, o problema é que eles estão lá. Eu acho que tá faltando um pouco mais do próprio conhecimento disso. Eu não sei como estaria aí a organização, a própria questão das associações. Às vezes elas ficam muito limitadas localmente. Que precisa ter uma política a longo prazo, precisa. Inclusive, por exemplo, falando daqui, o que a associação daqui é hoje tem que dar graças às políticas públicas: o programa, não sei se era o programa de arte solidária, arte e alguma coisa solidária, não recordei direito... Artesanato solidário alterou muita coisa na vida de alguns artesãos, tá certo? Aí você tem outra política pública dentro do governo do Estado que é o programa de combate à pobreza rural, e você tem outras coisas que vem. Agora o problema é que não é ... como vou dizer? São coisas que vão surgindo (Depoimento de um extensionista da unidade da Emater no Vale do Jequitinhonha. Pesquisa de campo, agosto de 2009).



Por serem “coisas que vão surgindo”, as próprias comunidades locais não conseguem, a partir do acionamento destas políticas, construir uma estrutura que resulte na autonomia dos grupos, ou seja, eles não conseguem fortalecer as associações para que não tenham, por exemplo, que ficar cotidianamente dependendo do fornecimento do transporte das prefeituras locais a cada vez que se quer participar de um evento fora das suas localidades. Uma alternativa seria conseguir vender suas peças diretamente para os consumidores dos grandes centros urbanos, seus maiores clientes. As próprias prefeituras locais não conseguem estabelecer um programa cultural contínuo a nível municipal ou organizar um fundo nas prefeituras locais de financiamento dos programas culturais. Leandro Ramos Santana, secretário do Departamento de Cultura e Comunicação de Ponto dos Volantes, avalia e explica a inexistência das ações culturais junto aos artesãos de seu município:

A maior dificuldade que a gente enfrenta é a falta de verbas. Que a gente sabe que um município igual o nosso não vem verba pra cultura, pro esporte. E a gente quer, tem a boa vontade de fazer, mas esbarra nessa falta de verba. Na verdade, o artesanato de Santana<sup>3</sup> é muito conhecido, as pessoas falam muito. Outro dia eu tava até conversando com o Ministério da Cultura lá, com o representante, que eles falam muito sobre o artesanato, mas na hora realmente de ajudar, de colaborar a gente não tem esse apoio. Eles têm um apoio muito de tá usando e promovendo o nome do artesanato que ficou mundialmente conhecido com dona Izabel. Inclusive o prêmio Culturas Populares hoje, o prêmio de culturas populares tá levando o nome de Mestre Izabel [...] a gente tem realmente uma divulgação, né? E até de certa forma, a gente sente que eles usam essa divulgação. Mas a gente não tem um retorno pra poder trabalhar o artesanato. Pra trabalhar essas coisas a gente não tem (Depoimento de Le-

andro Ramos Santana, secretário do Departamento de Cultura e Comunicação da prefeitura de Ponto dos Volantes. Pesquisa de campo, Ponto dos Volantes, agosto de 2009).

Ainda que, nos últimos anos, o governo federal tenha investido na área da cultura, na tentativa de construção de políticas culturais para o país, como assinalam Rubim (2008), Calabre (2009) e Durand (2001), algumas prefeituras não conseguem fazer uso ou acessar os recursos disponibilizados pelo Ministério da Cultura. Outra questão vivenciada pelas prefeituras locais se refere à falta de continuidade dos programas culturais construídos nas gestões anteriores. A cada administração que se inicia é um novo conjunto de ações a serem desenvolvidos. Como a entrevista que realizamos na prefeitura de Ponto de Pontos dos Volantes aconteceu no primeiro ano de gestão do governo vigente, uma das justificativas do secretário de cultura para ausência de ações junto aos artesãos do município era o fato de estar no início do governo, o que revela a não continuidade de projetos anteriores, se é que eles efetivamente existiram.

Há também um descompasso entre as necessidades dos artesãos e os produtos que as entidades mediadoras a eles oferecem. As ações mais desenvolvidas entre os artesãos são os cursos de capacitação oferecidos pelo Sebrae. Estes cursos, entre outras coisas, direcionam o foco no aperfeiçoamento das peças. No entanto, a questão estética e de aprimoramento da técnica artesanal já é um mecanismo que constitui a própria natureza do ofício artesão, especialmente do fazer ceramista. Muitas vezes, as técnicas ou as dicas de aperfeiçoamento não são incorporadas pelos artesãos locais porque a própria comunidade já tem as soluções para os problemas vivenciados. Entre os artesãos não nos foi relatado, por exemplo,

entre os ceramistas, a influência destes cursos de aperfeiçoamento na solução de problemas como a queima ou a durabilidade das peças. Os problemas que na maioria das vezes se referem à técnica são solucionados a partir da experiência e da troca de saberes dos mestres artesãos e das comunidades locais. Mesmo participando dos cursos oferecidos, o saber transmitido pelos especialistas não é incorporado ou é parcialmente incorporado quando se refere ao modo de fazer. Afirmações como “ah, participar destes cursos é bom demais porque a gente sempre aprende mais” são acompanhadas do complemento “mas tudo o que ele ensinou lá, nós já sabia”. Quando se referem a novidades relativas às técnicas, como “envidraçar as peças” ou o uso de diferentes tintas, os artesãos argumentam que “o curso foi muito bom”, mas não foi possível incorporar a técnica ensinada porque “encarece a peça” e “aí nós prefere a nossa tinta mesmo”. Ainda que fazendo uso da polidez na simplicidade, estes artesãos nos revelam o descompasso entre aquilo que lhes é oferecido e suas reais necessidades, que por unanimidade foram descritas como relacionadas à divulgação e comercialização, uma vez que eles não conseguem ter contato direto com o grande mercado consumidor de arte e artesanato.

Assim, enquanto se oferecem cursos de construção de forno para os artesãos, eles querem um computador porque necessitam entrar em contato com o consumidor em lugares distantes. Um caso interessante é de uma presidenta de associação artesã ceramista que foi entrevistada nesta pesquisa e no início de nossa conversa revelou ser analfabeta e ter dificuldades no ofício artesão por não dominar os códigos da escrita. Esta declaração em um primeiro momento assusta o ouvinte. Um das questões que se pode colocar é: como uma presidenta de uma associação pode ser analfabeta? Já finalizando a entrevista a artesã afirmou:

“a nossa associação precisa de um computador pra gente divulgar as nossas peças na internet”<sup>4</sup> Esta fala nos mostra que aqueles que parecem isolados do mundo globalizado, na verdade não estão. Ainda que analfabetos ou oriundos de localidades ainda representadas como atrasadas, os artesãos estão informados das novas tecnologias, podem até não saber manejá-las, mas sabem da sua existência e têm consciência dos benefícios que os usos destas ferramentas podem proporcionar.

Observamos ainda que há uma tendência, especialmente no caso dos órgãos que oferecem cursos de aperfeiçoamento, em considerar as exigências do mercado consumidor. Na verdade, em considerar uma faceta do mercado consumidor e tentar estabelecer dentre os artesãos uma lógica de produção que não respeita a individualidade artística. Ou seja, há uma tendência em homogeneizar a produção artesanal sob o discurso de aumentar a produção para que se atinja a eficiência no atendimento ao mercado consumidor. Essa prática de produção em série acaba por cercear a liberdade do artesão ou até mesmo por desconsiderar a sua capacidade de invenção no processo criativo do artesanato. Existe, neste caso, a falta de percepção da sensibilidade que os artesãos possuem no sentido de manter a tradição dentro da invenção.

Não considerar o hibridismo de temporalidades ou de saberes (o conhecimento adquirido e elaborado nas comunidades artesãs) é desconsiderar a beleza e excluir a potencialidade criativa do artesanato. Por outro lado, a lógica da reprodutibilidade artesanal exclui as demandas de boa parte dos consumidores, uma vez que há consumidores que buscam a arte no artesanato e também aqueles que buscam a mobilidade que o artesanato possui em participar do universo da utilidade sem, no entanto, perder a marca pessoal daquele que o produz. Ou seja, consumir uma peça

artesanal é, para muitos consumidores, levar para junto de si ou para dentro de si parte daquele que produziu a peça. Dando liberdade à interpretação, poderíamos dizer que há entre um grupo de consumidores uma tendência para a antropofagia cultural, para parafrasearmos Oswald de Andrade, no sentido de que existe uma busca por reencontrar nas peças consumidas o elo perdido com o passado ou com a memória que se quer preservar.

#### 4. Considerações Finais

Finalizando esta reflexão, ao analisarmos a atuação dos mediadores sociais junto aos artesãos, dois problemas ficam evidentes. O primeiro diz respeito à falta de credibilidade que as instituições encontram entre os artesãos, quando descrevem as próprias associações como “fracas”. Não há entre os artesãos uma busca pelas instituições mediadoras, o que pode ser entendido como resultante das várias experiências truncadas ou fracassos que estas comunidades vêm acumulando. Ainda que existam as associações locais, elas são utilizadas como passaporte para participação nas feiras ou para se atingir o mercado consumidor, o que é uma exigência externa e não uma necessidade interna da própria comunidade. Esse descrédito institucional se estende também às demais instâncias institucionais, como as prefeituras locais.

O outro problema está relacionado ao distanciamento das políticas públicas em relação às demandas locais. E isso ocorre desde a atuação dos órgãos estaduais até os municipais, estendendo também a mediadores sociais como as ONGs e outros órgãos de intervenção local. Na maioria das vezes, as comunidades artesanais não conseguem ter acesso aos recursos disponibilizados pelo Estado. E aquilo que a elas chega não atende às suas necessidades.

Aí, justamente, reside o desafio para a extensão rural: trabalhar com um público já descrente com as instituições públicas e que apresenta características particulares, com códigos locais que regem todo um arranjo produtivo e que, quando desrespeitados, pode resultar no enfraquecimento ou na desestruturação da produção local.

## Notas

\* Uma versão prévia deste trabalho foi apresentado no “VI Seminário Visões do Vale”, realizado em Belo Horizonte em novembro de 2011.

<sup>1</sup> Optamos por ocultar a identidade de alguns informantes, conforme solicitado nas entrevistas.

<sup>2</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

<sup>3</sup> Santana do Araçuaí, distrito da cidade de Ponto dos Volantes, referido na fala do Secretário Municipal de Cultura como Santana, possui grande número de artesãos ceramistas, aprendizes da artesã Dona Isabel Mendes, ganhadora do prêmio UNESCO de Artesanato.

<sup>4</sup> Depoimento de Terezinha Gomes Barbosa, ceramista da comunidade Cachoeira do Fanado, município de Minas Novas. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão”, durante o 27º FESTIVALE, Grão-Mogol, julho de 2009.

## Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. Desafios à Construção de Políticas Culturais: Balanço da Gestão Gilberto Gil. **PROA: Revista de Antropologia e Arte**, v. 01, n. 01, 2009.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CANCLINI, Nestor García. Reconstruir Políticas de Inclusão na América Latina. IN: UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma Base de Dados para a Cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

DURAND, José Carlos. Cultura como Objeto de Política Pública. **São Paulo em Perspectiva**, 15 (2) 2001.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servólodee ESTERCI, Neide. Introdução. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994, p.11-26

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura (PNC) - Diretrizes Gerais**. Brasília: Ministério da Cultura \ Câmara dos Deputados, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR (SAF), Grupo de Trabalho Ater. **“Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004”**.

NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NOVAES. Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia a banalização. In: Medeiros Leonilde, et al (Org.). **Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994. p.177-183.

PAZ, Octavio. **Convergências**: Ensaios sobre Arte e Literatura. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

RAMALHO, Juliana Pereira. **Modelando a Vida e entalhando a Arte**: o Artesanato do Vale do Jequitinhonha. Viçosa: UFFV, 2010. (Dissertação de Mestrado).

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (ORG). **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, Cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semi-Árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal de Lavras, 2007.

ROS, Carlos Cowan. Mediação e Conflito: Lógicas de Articulação entre Agentes de Promoção Social e Famílias Camponesas, no Norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 99-128.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. **O Público e o Privado**, n. 09, janeiro/junho, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Formação em organização da Cultura no Brasil. **Revista Observatório Itaú Cultural/OIC**, n. 06, (jul/set.2008). São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008.